



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XVII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 2006

Nº 1492



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. César Halum

1º Vice-presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

2º Vice-presidente: Dep. Sargento Aragão

1º Secretário: Dep. Angelo Agnolin

2º Secretário: Dep. João Oliveira

3º Secretário: Dep. Fábio Martins

4º Secretário: Dep. José Augusto

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, 8h

Membros Efetivos:

Deputados: **Fábio Martins(pres)**, José Augusto(vice), Fabion Gomes, Vicentinho Alves e José Santana.

Membros Suplentes:

Deputados: Palmeri Bezerra, Iderval Silva, Valuar Barros, Sargento Aragão e Cacildo Vasconcelos.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

Reunião às terças-feiras, 16h

Membros Efetivos:

Deputados: **Eduardo do Dertins(pres)**, Iderval Silva, Vicentinho Alves, Josi Nunes e Valuar Barros.

Membros Suplentes:

Deputados: Palmeri Bezerra, Eli Borges, Raimundo Moreira, Laurez Moreira e Paulo Sidnei.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS.

Reunião às terças-feiras, 15h

Membros Efetivos:

Deputados: **Eli Borges(pres)**, Sargento Aragão(vice), Iderval Silva, Laurez Moreira e Fabion Gomes.

Membros Suplentes:

Deputados(a): Josi Nunes, Palmeri Bezerra, Valuar Barros, Toinho Andrade e Vicentinho Alves.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Reunião às quartas-feiras, 8h

Membros Efetivos:

Deputados: **Raimundo Moreira(pres)**, Palmeri Bezerra(vice), Júnior Coimbra, Laurez Moreira e Sargento Aragão.

Membros Suplentes:

Deputados: Iderval Silva, Vicentinho Alves, Carlos Henrique Gaguim, Valuar Barros e Toinho Andrade.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Reunião às

Membros Efetivos:

Deputados: Eli Borges, Palmeri Bezerra, Sargento Aragão, José Santana e Raimundo Moreira.

Membros Suplentes:

Deputados(a): Josi Nunes, Iderval Silva, Paulo Sidnei, Solange Duailibe e Cacildo Vasconcelos.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às

Membros efetivos(a) Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Eduardo do Dertins, Solange Duailibe e Cacildo Vasconcelos.

Membros Suplentes:

Deputados: Palmeri Bezerra, José Augusto, Paulo Sidnei, José Santana e Raimundo Moreira.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Reunião às quartas-feiras, 16h

Membros Efetivos:

Deputados(a): **Júnior Coimbra(pres)**, Fabion Gomes(vice), Josi Nunes, Valuar Barros e Paulo Sidnei.

Membros Suplentes:

Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Laurez Moreira, Sargento Aragão e Raimundo Moreira.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Reunião às quartas-feiras, 15h

Membros Efetivos:

Deputados: Toinho Andrade, Valuar Barros(vice), Carlos Henrique Gaguim, Iderval Silva e Vicentinho Alves.

Membros Suplentes:

Deputados(a): Júnior Coimbra, José Augusto, Laurez Moreira, Eduardo do Dertins e Cacildo Vasconcelos.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às quintas-feiras, 8h

Membros Efetivos:

Deputados: Eduardo Machado, Laurez Moreira(vice), Carlos Henrique Gaguim, Cacildo Vasconcelos e Paulo Sidnei.

Membros Suplentes:

Deputados: Eli Borges, Fabion Gomes, Valuar Barros, Eduardo do Dertins e Fábio Martins.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DO NARCOTRÁFICO

Reunião às quartas-feiras, 14h

Membros Efetivos:

Deputados: José Santana(pres), Júnior Coimbra(vice), Toinho Andrade, Sargento Aragão, Fabion Gomes.

Membros Suplentes:

Deputados(a): Iderval Silva, Valuar Barros, Eduardo Machado, Cacildo Vasconcelos e Solange Duailibe.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA SAÚDE

Reunião às terças-feiras, 14h

Membros Efetivos:

Deputados: Eli Borges(pres), Solange Duailibe(vice), Valuar Barros, Fabion Gomes, Eduardo Machado.

Membros Suplentes:

Deputados(a): Josi Nunes, Toinho Andrade, Fábio Martins, Raimundo Moreira, José Santana.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

ATO DA MESA DIRETORA Nº. 01/2006

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o disposto nos art. 23, do Regimento Interno,

Considerando o Requerimento nº 2.526/2006, aprovado em 06 de junho de 2006, que requer em regime de urgência a revisão do Decreto Legislativo n.º 52, de 20 de dezembro de 2002, que escolheu Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal em suspender a execução das liminares concedidas na Ação Cautelar Incidental 1.525/2006, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/92, quanto a anulação da Sessão Ordinária que aprovou o requerimento citado.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os senhores Deputados Eli Borges, Júnior Coimbra e Toinho Andrade para revisar a legalidade e constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 52, de 20 de dezembro de 2002.

Art. 2º. Disponibilizar a assessoria técnica para prestar suporte jurídico ao andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. Designar os Consultores Jurídicos Flávio Geraldo Salman de Oliveira e Fábio Alves dos Santos da Diretoria Jurídica deste Poder.

Art. 3º. Fixar o prazo de até 45 dias para a conclusão dos trabalhos com apresentação de relatório conclusivo a Mesa Diretora, com as providências cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, aos 5 dias do mês de setembro de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

Dep. **CARLOS H. GAGUIM**
1º Vice-Presidente

Dep. **SARGENTO ARAGÃO**
2º Vice-Presidente

Dep. **ANGELO AGNOLIN**
1º Secretário

Dep. **JOÃO OLIVEIRA**
2º Secretário

Dep. **FÁBIO MARTINS**
3º Secretário

Dep. **JOSÉ AUGUSTO**
4º Secretário

MENSAGEM Nº 51/2006

Palmas, 22 de agosto de 2006.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei nº 45/2006 que dispõe sobre vedações à formalização de contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Tocantins e concessões de serviço público a empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços.

A propositura tem por objetivo a redução da prática do trabalho escravo no Estado do Tocantins, exigindo que particulares que contratem com a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes estadual, comprovem que em nenhuma de suas atividades são mantidos trabalhadores em condição análoga à de escravo.

É importante mencionar que este Estado ocupa o terceiro lugar no índice de fornecedor de mão-de-obra para a escravidão, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, o que requer uma ação imediata e eficaz.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 45/2006

Dispõe sobre vedações à formalização de contratos e convênios pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Tocantins e a concessão de serviço público às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho forçado ou em condição análoga à de escravo na produção de bens e serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É vedada a formalização de contratos e convênios de quaisquer espécies pela administração Pública Estadual Direta e Indireta e a concessão de serviços públicos a pessoa jurídica de direito privado que mantém no seu processo produtivo, ou de seus fornecedores diretos, trabalhadores em regime de trabalho forçado ou em condição análoga à de escravo.

§ 1º. As pessoas jurídicas de direito privado interessadas em celebrar contrato, convênio ou obter a concessão a que se refere o caput deste artigo devem apresentar certidão de regularidade expedida pela Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Tocantins.

§ 2º. Caso seja constatada irregularidade através da emissão da certidão prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica de direito privado ficará inabilitada, pelo prazo de 5 anos, a celebrar contrato ou convênio e obter concessão no âmbito do poder público estadual.

Art. 2º. Para fins desta Lei considera-se trabalho forçado ou em condição análoga à de escravo as circunstâncias em que evidenciam qualquer servidão, degradação da pessoa humana ou que importe em grave restrição à liberdade individual do trabalhador, que se apresentam nas seguintes formas:

I – vincular ao contrato de trabalho, ainda que informal, o pagamento de quantia, direta ou indiretamente ao empregador, por meio de erro, dolo, coação, simulação, fraude, ardid, artifício ou falta de alternativa de subsistência;

II – coagir ou induzir o trabalhador a utilizar mercadorias ou serviços de estabelecimentos monopolizados pelo empregador direto ou indireto, com intuito de obter lucro ou mantê-los em situação de dívida;

III – impor condições penosas ou insalubres de trabalho e negar ao trabalhador a proteção mínima necessária de vida, saúde e segurança;

IV – isolar fisicamente o trabalhador ou pessoa sob seu controle, negando informações sobre a localização e vias de acesso do local em que se encontram ou implantando servidão de trânsito terrestre, fluvial ou aéreo que dificulte ou torne impossível a liberdade de locomoção do trabalhador e de sua família;

V – manter vigilância sobre o trabalhador, privando-o de ir e vir, mediante retenção de documentos pessoais ou contratuais, com o emprego de violência ou ameaça, guardas armados ou animais no local de trabalho e moradia;

VI – cercar, por qualquer modo, o livre deslocamento do trabalhador;

VII – recrutar trabalhador fora da localidade de execução do trabalho, mediante fraude ou cobrança de qualquer dívida do trabalhador;

VIII – causar maus-tratos ou sofrimento degradante ao trabalhador.

Art. 3º. Os contratos firmados em inobservância das proibições previstas no art. 1º desta Lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 22 dias do mês de agosto de 2006; 185º da Independência, 118º da República e 18º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA
Governador do Estado

Atas das Sessões Plenárias

ATA DA 207ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

5ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

em, 6 de julho de 2006

Ata da Ducentésima Sétima Sessão Extraordinária

Às dezesseis horas e doze minutos do dia seis do mês de julho de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Eli Borges, Primeiro-Secretário e Fábio Martins, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Hélcio Santana, Iderval Silva, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Toinho Andrade e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: João Oliveira e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores, o Senhor Presidente colocou em apreciação as retificações das Atas das Sessões Extraordinárias Números: 190, 191 e 192. Sessão 190: referente ao despacho do Projeto de Resolução número 03/2006, de autoria da Mesa Diretora, onde se lê: encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo, leia-se: encaminhado à Secretaria para promulgar. Sessões 191 e 192: referente ao Projeto de Lei número 57/2005, onde se lê: de autoria do Senhor Go-

vernador do Estado, leia-se: de autoria do Senhor Deputado João Oliveira, as quais, votadas, foram aprovadas e encaminhadas à Coordenadoria de Assistência ao Plenário para as devidas alterações. Não havendo expediente a ser lido passou-se à apresentação de matérias. Foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 40, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 42/2006 de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins – CORE-TO área de terreno urbano que especifica” que deu origem ao Processo número 619/2006, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 01/2006, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Revoga a Lei 1.354, de 19 de dezembro de 2002” que deu origem ao Processo número 570/2006, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e trinta e três minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 208ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

5ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

em, 6 de julho de 2006

Ata da Ducentésima Oitava Sessão Extraordinária

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos do dia seis do mês de julho de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Fábio Martins, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Hélcio Santana, Iderval Silva, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Toinho Andrade e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Fabion Gomes, João Oliveira, Raimundo Moreira e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de número 42/2006, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a doar ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado do Tocantins – CORE-TO área de terreno urbano que especifica”, que deu origem ao Processo número 619/2006, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 01/2006, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Revoga a Lei

agosto de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelo Senhor Deputado Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Senhora Deputada Solange Duailibe, Segunda-Secretária. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Eli Borges, Hélcio Santana, Iderval Silva, José Augusto, José Santana, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Fabion Gomes, João Oliveira, Josi Nunes, Laurez Moreira, Sargento Aragão e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, foram lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 02/2006, de autoria das Comissões Conjuntas de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Aprova e autoriza a realizar alienação de bens móveis que menciona”, que deu origem ao Processo número 667/2006, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e um minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATADA 212ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

5ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

em, 15 de agosto de 2006

Ata da Ducentésima Décima Segunda Sessão Extraordinária

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia quinze do mês de agosto de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelo Senhor Deputado Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Senhora Deputada Solange Duailibe, Segunda-Secretária. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Eli Borges, Hélcio Santana, Iderval Silva, José Augusto, José Santana, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Fabion Gomes, João Oliveira, Josi Nunes, Laurez Moreira, Sargento Aragão e Toinho Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não houve expediente a ser lido. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 2.623 e 2.624. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 02/2006, de autoria das Comissões Conjuntas de Consti-

tuição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Aprova e autoriza a realizar alienação de bens móveis que menciona”, que deu origem ao Processo número 667/2006, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para promulgar e comunicar a autoridade competente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

5ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

em, 1º de agosto de 2006

Ata da 209ª Sessão Ordinária

Ata da Ducentésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Primeiro-Secretário e Senhora Deputada Josi Nunes, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Fábio Martins, José Augusto, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Solange Duailibe e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Fabion Gomes, Hélcio Santana, Iderval Silva, João Oliveira, José Santana, Raimundo Moreira, Sargento Aragão e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, lida a Ata da Sessão anterior, a sua deliberação foi transferida para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: ofício número 1.427/2006 oriundo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Araguaçu, Filadélfia, Marianópolis, Paranã e Santa Maria do Tocantins; ofícios números 1.711, 1.713, 1.716 e 1.728/2006 oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Buriti do Tocantins, Taipas do Tocantins, Taguatinga e Dois Irmãos; ofício número 1.661/2006, oriundo da Secretaria de Esporte do Estado, informando a celebração de contrato entre aquela Secretaria e a Brasil Telecom S.A.; ofício número 966/2006 oriundo da Secretaria de Estado da Fazenda, informando a celebração de convênio entre aquela Secretaria e o Banco Bradesco S/A.; ofício número 222/2006, oriundo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, informando o envio de cópia do convênio firmado entre aquele Instituto e a Fundação Cultural do Estado; Comunicados números 434 a 436 e 524/2006, oriundos do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins; Projeto de Lei número 39/2006, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, que “Assegura o livre acesso das populações extrativistas do babaçu às terras públicas ou privadas; ofício número 280, oriundo do Gabinete do Senhor Governador, informando da viagem no período de 14 a 19 de julho de 2006, que teve como objetivo a assinatura do contrato entre o Estado e o MCC S.p.A. – Capitalia Grupo Bancá-

rio – MCC; ofícios números 1.426, 1.429 e 1.430/2006 oriundos da Secretaria do Trabalho e Ação Social, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e a Associação das Famílias de Palmas – ASFAP, Centro Comunitário Jesus Bom Pastor e Associação Comunitária do Bem Estar Social de Gurupi – ASSOBE; ofício número 1.425/2006 oriundo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Cristalândia, Abreulândia, Gurupi, Santa Maria do Tocantins, Parana, Juarina, Fátima, Dois Irmãos do Tocantins, Aliança, Pindorama e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ponte Alta do Tocantins e Cristalândia; Ofícios números 1.394 e 1.437/2006, oriundos da Fundação Cultural do Estado, informando a celebração de convênios entre aquela Fundação e a SOLIDES – Sociedade de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Tocantins, ABEG – Associação Beneficente Getsemani, ASSAVI – Associação de Assistência e Valorização da Vida e as Prefeituras de Porto Nacional, Monte do Carmo, Pedro Afonso, Natividade, Pium, Tocantinópolis, Palmas e Rio da Conceição; ofício número 1.410/2006 oriundo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e a Associação de Apoio da Escola Espírita André Luiz; Associação do Centro de Educação La Salle, Associação de Apoio da Escola Estadual José Costa Soares, Associação de Apoio da Unidade Escolar Conveniada Manoel Messias, Associação Comunidade Escola da Escola Estadual CAIC, Associação de Apoio da Escola Estadual Irmã Aspásia, Associação de Apoio da Escola Estadual Ernesto Barros, Associação de Apoio da Escola Estadual Denise Gomide Amui, Associação de Apoio da Escola Municipal Agrícola David Aires França, Associação de Mestres, Pais, Educandos e Funcionários do Colégio Agropecuário de Almas e Associação de Pais da Escola Estadual XV de Novembro; ofício número 1.524, 1.596, 1.598 e 1.605/2006, oriundos da Secretaria de Esporte, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e a Federação Tocantinense de Futebol de Salão, Federação Tocantinense de Motociclismo, Federação Estadual de Taekwondo do Tocantins, Federação Tocantinense de Karatê Interestilo, Clube de Automobilismo do Tocantins, Prefeitura Municipal de Porto Nacional, Federação Tocantinense de Basketball, Associação Palmense de Corredores de Rua, Federação Tocantinense de Futebol, Federação Aquática do Estado do Tocantins, Federação de Futevôlei e Futebol de Areia do Tocantins, Federação Tocantinense de Karatê, Federação Tocantinense de Tênis de Mesa, CN Rodeios e Eventos Culturais Ltda. e Federação do Estado do Tocantins de Jiu-Jitsu. Não havendo matérias a apresentar passou-se às Comunicações. Os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, por até dez minutos para reunião de Bancadas, reabrindo-a às dez horas e três minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Angelo Agnolin e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Fábio Martins. Em seguida, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.503 a 2.505, 2.530 e 2.531, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quinze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

5ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa**em, 8 de agosto de 2006****Ata da 210ª Sessão Ordinária****Ata da Ducentésima Décima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia oito de agosto de dois mil e seis, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Hécio Santana, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Hécio Santana, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Dr. Walfredo, Fabion Gomes e Iderval Silva. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 40/2006, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “Isenta do pagamento de taxa de segunda via documentos roubados, quando expedidos por órgãos públicos do Estado do Tocantins e dá outras providências”; ofício número 309/2006, oriundo do Tribunal de Justiça, solicitando aprovação e autorização prévia para proceder à alienação de bens públicos; ofício número 933/2006, oriundo da Secretaria da Fazenda do Estado, informando a celebração de convênio firmado entre aquela Secretaria e a Prefeitura de São Salvador; ofício número 837/2006, oriundo da Secretaria da Fazenda do Estado, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Crixás do Tocantins, Brejinho de Nazaré, São Valério da Natividade e Sucupira; ofício número 1.070/2006, oriundo do INCRA, informando o envio de cópias dos convênios firmados entre aquele instituto e as Prefeituras de Divinópolis, São Bento do Tocantins, Araguatins, Caseara e Couto Magalhães; ofício número 842/2006, oriundo da Secretaria da Fazenda do Estado, informando a celebração de convênios firmados entre aquela Secretaria e as Prefeituras de Cariri do Tocantins, Ipueiras e Chapada da Natividade; telegramas oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para o Fundo Estadual de Saúde do Tocantins; telegramas oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para a Prefeitura de Palmas; telegramas oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para a SES do Tocantins; telegrama oriundo do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para o Hospital Padre Luso e telegrama oriundo do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para a Unidade Mista de Palmas. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Leis que receberam os números 41 e 42, de autoria dos Senhores Deputados Raimundo Moreira e Sargento Aragão, respectivamente, e os Requerimentos que receberam os números 2.609 a 2.612. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento número 2.610. No horário destinado às Comunicações usou a tribuna o Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, por até quinze minutos, para

os Requerimentos números: 2.610, 2.535, 2.536, 2.539, 2.542, 2.543, 2.546 e 2.547, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, por até trinta minutos, para reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às onze horas e vinte e seis minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Angelo Agnolin e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado João Oliveira. Em seguida, foi colocado em discussão e votação o Requerimento número 2.622, de autoria do Senhor Deputado Palmeri Bezerra, que requer convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para aprovação do Processo número 667/2006, o qual foi aprovado. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 205/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 e 231, inciso II do Regimento Interno (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3.º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e considerando o disposto no art. 24, II, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1.º. PRORROGAR a licença para tratamento de saúde, do Deputado Dr. **Walfredo Reis** no período de 31 de julho a 28 de novembro de 2006, de conformidade com o Processo n.º 00685/2006.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 206/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3.º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1.º. EXONERAR **Maria Aparecida Arruda Farias**, do cargo em comissão, de Secretário Legislativo, e **NOMEAR, Aurenice Alves Santos**, para exercer o cargo em comissão, de Secretário Legislativo, no gabinete do Deputado **Eli Borges**, a partir de 1.º de agosto de 2006.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 211/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3.º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1.º. EXONERAR **Deusimar Miranda da Rocha**, do cargo em comissão, de Secretário Legislativo, no Gabinete da Presidência, a partir de 1.º de agosto de 2006.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 212/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1.º. RETIFICAR o Decreto Administrativo n.º 204 de 14 de agosto de 2006, onde se lê Assessor Parlamentar leia-se Assessor Especial.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 213/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3.º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1.º. EXONERAR a pedido **Frederico Marconi Tolentino Lima**, do cargo efetivo, de Assistente Legislativo – Assistência Administrativa, na Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir desta data.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 25 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO N.º 214/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3.º da Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR **Solange Sousa de Castro**, para exercer o cargo em comissão, de Secretário Legislativo, no gabinete da Presidência, retroativo a 1º de agosto de 2006.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de agosto de 2006.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DEPUTADOS DA 5ª LEGISLATURA

Angelo Agnolim – PFL
Cacildo Vasconcelos – PP
Carlos Henrique Gaguin – PMDB
César Halum – PFL
Eduardo do Dertins – PPS
Eli Borges – PMDB
Fábio Martins – PDT
Fabion Gomes – PL
Eduardo Machado - PDT
Iderval Silva – PMDB
João Oliveira – PFL
Josi Nunes – PMDB

José Augusto – PMDB
José Santana – PT
Júnior Coimbra – PMDB
Laurez Moreira – PFL
Palmeri Bezerra – PMDB
Paulo Sidnei – PPS
Raimundo Moreira – PSDB
Sargento Aragão – PPS
Solange Duailibe – PT
Toinho Andrade – PFL
Valuar Barros – PFL
Vicentinho Alves – PSDB

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Palmeri Bezerra – PFL
1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins – PDT
2º Vice-Líder: Deputado Júnior Coimbra – PMDB

BLOCO UNIÃO DO TOCANTINS – PP/PL/ PSDB

Líder: Deputado Vicentinho Alves - PSDB
Vice-Líder: Deputado Cacildo Vasconcelos – PP

BANCADA DO PMDB

Líder: Deputado Eli Borges
1º Vice-Líder: Deputada Josi Nunes
2º Vice-Líder: Deputado Iderval Silva

BANCADA DO PFL

Líder: Deputado Valuar Barros
Vice-Líder: Deputado Laurez Moreira

BLOCO PPS/PDT

Líder: Deputado Eduardo do Dertins – PPS
Vice-Líder: Deputado Fábio Martins – PDT